

2ª quinzena de julho de 2001

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 85



Devido aos confrontos na Itália, os novos encontros da OMC, FMI e G-8 ocorrerão no deserto (Catar) e numa montanha canadense, longe das palavras de ordem e dos coquetéis molotov. Mas o que os representantes dos países ricos não esperavam é que, depois de Gênova, o palco da luta antiglobalização passou a ser o mundo inteiro.

Página 10

Quatro consagrados intelectuais brasileiros estiveram em Porto Alegre, no início de julho, participando do Seminário "A natureza da crise brasileira e suas vias de superação", promovido pela Agência de Notícias Carta Maior e o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Arredios às velhas fórmulas, que consideram adubo para o florescimento de conhecidos fracassos, eles optaram pelo pessimismo da reflexão como condição indispensável ao otimismo da ação.

Páginas 6 e 7

Quatro visões da crise brasileira



Antonio del Pollaio / Reprodução

O espírito de Gênova chega ao Brasil

Terminou mais uma reunião dos países que detêm as maiores riquezas do planeta e que determinam o destino dos demais. Desta vez, Gênova, na Itália, foi palco da reunião do chamado "Grupo dos Oito (G8)", e também das maiores e mais violentas manifestações contra as políticas que esses países desenvolvem. Os grupos antiglobalização, reunidos em várias tendências identificadas pela oposição ao capitalismo neoliberal, vêm avançando tanto em número e organização como em capacidade de resposta. No entanto, essa última reunião serviu também para demonstrar que a impaciência e a negação aos direitos dos cidadãos em se manifestarem publicamente ainda são características dos governos de países capitalistas, marcadamente de caráter fascista. O trágico fim de Carlo Giuliani, 23, ativista italiano assassinado pelos carabinieri do governo do Sílvio Berlusconi, é, sem dúvida, a expressão maior dessa conduta.

Enquanto isso, aqui no Brasil, as consequências das políticas econômicas adotadas para garantir o acesso do País a créditos externos, só fez aprofundar a crise econômica e social, a qual soma-se, agora, a crise energética e ética. Neste número, o Adverso traz uma matéria sobre a natureza da crise brasileira e as vias para superá-la, do ponto de vista dos cientistas políticos José Luís Fiori, Octávio Ianni, Emir Sader e César Benjamin, painelistas do seminário organizado pela agência Carta Maior e governo do Estado em Porto Alegre. As saídas não são sim-

ples, pois o neoliberalismo não deixa espaço nem mesmo para possíveis futuros governos democrático-populares. A resposta se resume, como diz Fiori, em ousar, em romper esquemas.

As manifestações de Gênova e a crise brasileira se tocam porque passam pelo mesmo problema global. E a resposta deve ser o internacionalismo com o espírito de Gênova e de Seattle, isto é, o entendimento de que a solução não é local e sim internacional, tema tratado brilhantemente por Ianni.

Os problemas da universidade pública não fogem a esse modelo. Em debate promovido pela Adufrgs sobre a crise na universidade pública (casos argentino e brasileiro) foi tratado o tema que o Adverso traz neste número. Participaram do evento os professores da Federação Nacional de Docentes Universitários (CONADUH) e da Associação de Docentes da UFMG (APUBH). O governo argentino, recentemente, baixou os salários dos servidores públicos. É a mesma política do governo FHC, que desde sua posse vem mantendo o arrocho salarial do funcionalismo público, em virtude do seu comprometimento com o FMI para redução e ajuste dos gastos públicos. A finalidade é continuar pagando a dívida externa, colocando os salários dos trabalhadores públicos federais em níveis nunca vistos. Nesse período, os servidores técnico-administrativos foram mais prejudicados e por isso se mobilizaram em nível nacional e aprovaram para o segundo semestre do ano importantes atividades grevistas. O espírito de Gênova se estende ao Brasil.

OBSERVATÓRIO

Estatuto da Cidade

A política urbana prevista na Constituição Federal finalmente poderá ser posta em prática. No último dia 10, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou o Estatuto da Cidade, que estava em tramitação há dez anos. Entre outras medidas, o conjunto de leis trata do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo para áreas urbanas desocupadas, uma forma de combater a especulação imobiliária.

Salvos pela Polícia Federal

Arruda e ACM se salvaram de mais uma. A Polícia Federal decidiu não abrir inquérito penal contra os ex-senadores sobre o caso de violação do painel secreto do Senado, que culminou com a renúncia de ambos para evitar a cassação dos mandatos. De acordo com a PF, não houve delito que justificasse a abertura de um inquérito do episódio.

Brasil abriga 50 milhões de indigentes

O Brasil elevou o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,746 para 0,750, entre 1998 e 1999, mantendo-se na 69ª posição, atrás da Argentina. O dado é do Relatório de Desenvolvimento 2001 da ONU que leva em conta os indicadores de saúde, educação e renda da população. No Índice de Pobreza Humana – uma estimativa da exclusão social nos países em desenvolvimento – o Brasil ficou na 17ª posição em 1999, pior do que muitos de nossos miseráveis vizinhos latino-americanos. Nos dados da ONU observa-se ainda a permanência da desigualdade na distribuição de renda: os 10% mais ricos do País consomem 46,7%, enquanto os 10% mais pobres ficam com o equivalente a 1% do total. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que existem no Brasil 50 milhões de indigentes – pessoas com renda mensal inferior a R\$ 80.

Cúpula africana

Cinquenta e três presidentes de países africanos encontraram-se em Lusaka (Zâmbia) para discutir a criação de um novo organismo regional em substituição à Organização dos Estados Africanos, criada trinta e oito anos atrás pelos lendários líderes da descolonização africana, Amílcar Cabral, Sekou Touré, Nkruma, Nyerere. Liderado pelo chefe de Estado líbio, Muamar Gadafi, e com a presença do maior líder africano, Nelson Mandela, o congresso resolveu transformar a OEA em uma nova orga-

nização (UA) estruturada segundo os moldes da União Européia.

Colômbia

Embora as estatísticas mostrem que o consumidor norte-americano já prefere, às drogas tradicionais, as drogas sintéticas, fabricadas no próprio país, o governo americano adicionou 700 milhões de dólares ao bilionário Plano Colômbia. Para os observadores internacionais, esta é mais uma demonstração de que este plano visa, na realidade, não tanto extirpar as plantações de coca como combater as Farc's.

Mais tempo de formação e menos anos de estudo

Um estudante no Brasil deveria passar, em média, 15 anos na escola, incluindo o tempo gasto com a educação básica (fundamental e média) e o ensino superior. Por outro lado, a média de anos de estudo de um brasileiro é de 5,7, segundo dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1999. Estes dados foram usados pela Unesco para o cálculo do WEI (sigla em inglês para Indicadores Mundiais de Educação). Segundo o estudo feito em 16 países, o Brasil perde apenas para o Uruguai, que tem expectativa de escolaridade de 15,2 anos. No entanto, lá a média de anos de estudo chega a 8,1. Na Argentina, onde a expectativa é de 14,2 anos, a escolaridade chega a 9,2 anos.

Aproveitamento é baixo

A principal causa do pouco aproveitamento dos estudantes brasileiros é a repetência. O Brasil é o pior nesse item, entre todos os países que apresentaram suas taxas. A Unesco usou dados de 1999 para fazer a comparação, quando o País tinha taxa de 25% de repetência no ensino fundamental. Mesmo com dados atualizados, divulgados há duas semanas pelo Ministério da Educação, o Brasil também seria o último entre os 16 países, com índice atual de 21,6%. No ensino médio, a taxa de 18,1%, é um pouco melhor do que a da Tunísia (23,9%). Uma das principais apostas do MEC para diminuir a repetência, entre outros projetos, é a adoção do sistema de ciclos, em que não há divisão entre as séries iniciais. Em São Paulo, a repetência em 2000 chegou a 7,3% depois que o sistema de ciclos foi adotado para 80% dos alunos. (Fonte: Folha de S Paulo)

MEC

Denúncias escancaram benefícios ao setor privado

O MEC está em pé-de-guerra. Acossado pela ex-aliada Eunice Durhanm, que pediu demissão de seu cargo no Conselho Nacional da Educação (CNE), o ministro Paulo Renato Souza tentou negar, via imprensa, o que não é novidade para ninguém. O Ministério da Educação favorece o ensino privado. Eunice sempre foi uma das maiores defensoras da política educacional do MEC, do qual fez parte até 1997, quando foi indicada para uma vaga no CNE. Depois de desavenças no Ministério, disparou um canhão de denúncias contra o governo. Ela afirmou, em entrevista à Folha de S.Paulo, dia 23 de julho, que realmente tem havido um crescimento desmesurado do sistema privado de ensino. "Esse crescimento está sendo governado pelo mercado, pelo processo de lucro, e está ameaçando a credibilidade do sistema de ensino superior no Brasil", disse. Eunice também apontou falhas no sistema de avaliação dos cursos, como exigências arbitrárias de algumas comissões de visita a cursos superiores.

A saída de Eunice do conselho aconteceu quando foi publicado um

decreto do ministro Paulo Renato, tirando poderes do CNE, centralizando processos de abertura e fechamento de cursos no MEC. Conforme Eunice, essas medidas contribuem para diminuir a transparência dos processos de instituições privadas. Durante a sua atuação como conselheira, ela esteve envolvida em pelo menos duas decisões polêmicas do CNE: o parecer desfavorável à criação do curso de direito da Uniban (Universidade Bandeirante) em Osasco e a ampliação do prazo para evitar o fechamento do curso de direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio.

Eunice sai do conselho no meio de uma polêmica parecida com a que encontrou em sua entrada, em 1997. Na época, ela foi escolhida por Paulo Renato para substituir o filósofo José Arthur Giannotti, que, como ela, é um amigo pessoal de FHC. A diferença é que Giannotti criticou duramente o conselho por ter transformado a faculdade Anhembi Morumbi, de São Paulo, em universidade. Já a ex-conselheira preferiu dirigir suas críticas ao MEC. Para o lugar de Eunice, o ministro convidou a secretária da

Educação do Estado de São Paulo, Rose Neubauer, que deverá tomar posse no dia 6 de agosto.

O ministro Paulo Renato tentou defender-se das críticas, argumentando que tem dados que mostram uma realidade diferente da apresentada por Eunice. Entre outras afirmações, disse que a proporção de alunos das redes pública e privada no ensino superior está constante desde os anos 80, com cerca de 40% dos estudantes vindos da rede pública. Segundo Paulo Renato, de 1980 até 1994, o crescimento nas universidades federais esteve praticamente estagnado. "De 1994 a 2000, o aumento foi de aproximadamente 35% no número de alunos nessas instituições", falou. Conforme Paulo Renato, houve também um grande aumento de ingresso nas universidades particulares, mas ele estaria longe de ser desmesurado, afinal, segundo ele, expandir o sistema é uma necessidade do Brasil. "Foi para garantir a qualidade que criamos um sistema de avaliação. O argumento de que é preciso barrar o crescimento é elitista", afirmou o ministro. As respostas do ministro não convenceram ninguém, é claro.

ENSINO SUPERIOR

Mudança de regras não altera rotina

A transferência do poder de decisão sobre o fechamento e abertura de novos cursos de graduação diretamente para o MEC não muda a rotina das universidades e dos docentes. A posição é da coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Andes-SN, Maria das Graças Bollma, para quem o Conselho Nacional de Educação (CNE) "não passa de um assessor do MEC". "A escolha da diretoria é anti-democrática e o CNE nunca exerceu o papel de fiscalização que deveria", justifica. Para a professora, a alteração nas regras é apenas "mais uma justificativa de moralização do governo federal". "Quem garante que não haverá beneficiamentos no MEC?", questiona.

O CNE perdeu o poder de decidir sobre a questão, depois de ser acusado de facilitar abertura de cursos superiores. As denúncias levaram à demissão do chefe de gabinete do Ministério, Edson Machado de Sousa, casado com uma das proprietárias de uma faculdade em Brasília.

De acordo com as novas regras, os cursos que não têm ligação com centros universitários ou universidades e os que ficam fora do campus original da universidade só poderão ser autorizados pelo MEC, com exceção de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia. Quanto à suspensão, será automática quando um curso tiver três notas "E" consecutivas no Exame Nacional de Cursos (Provão) e dois conceitos insuficientes na avaliação das condições de oferta sobre infra-estrutura, currículo e formação de professores.

ASSUFRGS

Servidores da Ufrgs entram em greve

Reunidos em assembleia dia 25, no RU central, aproximadamente mil servidores da Ufrgs decidiram paralisar suas atividades, reivindicando melhores salários. Com a greve dos trabalhadores, organizados em comandos de greve por unidades e um comando geral, não será possível a realização das matrículas para os estudantes no segundo semestre. A direção da Adufrgs convocará uma assembleia dos professores para a primeira semana do próximo semestre (a partir de 13 de agos-

to), para avaliação do movimento dos servidores. Caso a greve dos funcionários persista, os professores também não voltam às aulas. A Andes-SN prepara uma "greve de advertência" para os dois primeiros dias de agosto. Uma assembleia será realizada no dia 4 para decidir a posição dos professores universitários em relação à paralisação de todo o funcionalismo federal, que também está debatendo uma greve no próximo mês.

Uma semana antes do início da gre-

ve dos servidores, a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) tinha enviado a suas entidades filiadas o indicativo de greve. Os funcionários reivindicam reajuste de 74,48% nos salários e incorporação das GAE (Gratificação de Atividade Executiva). Outras reivindicações da Fasubra são a isonomia salarial para os aposentados, plano de carreira e reajuste de benefícios como o auxílio escolar e o auxílio alimentação. Os servidores públicos federais deba-

tem uma proposta para início de uma greve geral no meio de agosto.

Os professores querem derrubar o projeto de lei apoiado pelo MEC, que submete os servidores das Ifes às mesmas regras de contratação do setor privado. O presidente da Andes, Roberto Leher, lembra que a mudança de regime faria com que os professores perdessem o direito à aposentadoria integral e à estabilidade. Além de reivindicar a manutenção do atual regime de trabalho, os docentes pedem reajustes salariais.

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em
WWW.adufrgs.org.br



UFRGS

Algumas considerações sobre a gratuidade e pós-graduação

Considerando o artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, que determina a "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais", e as diretrivas da CAPES, expressas em "Legislação da Pós-graduação - Questões mais freqüentes sobre a Legislação da Pós-Graduação", em seu item 12 "Gratuidade do Ensino", (constante de sua página institucional na Internet), reafirmarmos que:

- 1) todos os cursos de pós-graduação stricto sensu, sejam acadêmicos, profissionalizantes ou interinstitucionais, promovidos pela UFRGS, com emissão de diploma pela UFRGS, devem ser gratuitos para todos os seus alunos;
- 2) a gratuidade do ensino para os alunos não obsta que os mestrados profissionalizantes e interinstitucionais realizem convênios com entidades estatais ou privadas, para possibilitar sua auto-sustentação quanto a seu funcionamento e infra-estrutura;
- 3) os critérios de ingresso a estes cursos devem ser universais, ou seja, todos os candidatos devem submeter-se ao mesmo processo seletivo;
- 4) a atividade docente ou de coordenação nestes cursos não caracteriza prestação de serviço, não podendo gerar remuneração extra para os docentes;
- 5) os cursos de mestrado profissionalizantes e interinstitucionais que já estão em funcionamento e que porventura não satisfaçam as diretrizes acima devem rever suas práticas de modo a garantir seu funcionamento de forma gratuita nos termos aqui colocados.

Porto Alegre, 29 de junho de 2001.

Assinam: Félix Hilário Diaz González - João Vicente Silva Souza - Daniela Marzola Fialho - João Farias Rovatti - Rubens Constantino V. Weyne - Maria Aparecida Castro Livi - Eduardo Rolim de Oliveira - Paolo Roberto Livotto - Helen Osório - Domingos Sávio Dresch da Silveira - Maria Medianeira S. Gonzalez - Laura Verrastro

UNIVERSIDADE

Ameaças são as mesmas no Brasil e Argentina



Privatização: Velázquez e Beatriz Couto alertaram para os riscos que pairam sobre a universidade pública

Cristina Lima

Sem investimentos, com professores mal remunerados e salas abarrotadas de alunos, as universidades públicas argentinas vivem hoje uma realidade semelhante a das instituições de ensino superior brasileiras. Ambas refletem o quadro econômico e político de seus países, que aponta para o risco de privatização do ensino público superior. Estes e outros aspectos foram abordados em um debate promovido pela Adufrgs, no último dia 6, com os professores Aníbal Velázquez, da Universidad de Misiones (Argentina) e Beatriz Couto, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Velázquez, que atualmente ocupa o cargo de secretário-adjunto da Federación Nacional de Docentes da Argentina, fez um apanhado da última década, quando o número de alunos saltou de 430 mil para um milhão e foram criadas 12 novas universidades. No entanto, o orçamento sofreu poucas alterações, o que comprova o desinteresse do governo argentino em investir no ensino público superior.

Beatriz expôs um panorama geral da história da universidade pública brasileira e lembrou que o discurso tecnicista foi introduzido pelos militares para acabar com o discurso político. "Houve uma desqualificação do debate.

Quem pensava na universidade de uma forma política, era classificado como populista". No atual momento, explicou a professora, o governo tem apresentado sucessivas propostas de lei que visam desqualificar as universidades. O exemplo mais claro é a chamada Lei do Emprego Público, considerada a maior ameaça ao funcionalismo federal. Sua aprovação significa a perda de conquistas históricas dos servidores e uma profunda alteração nas relações de trabalho, o que levaria, segundo ela, a perdas na qualidade do ensino.

Para Beatriz Couto, as mudanças na relações de trabalho dentro das universidades, que vêm acontecendo gradativamente, apontam para um problema ainda mais grave: a perpetuação da produção intelectual em série. "O conhecimento está passando pelo mesmo processo do trabalho manual à época da revolução industrial", comparou. Ela atenta para a necessidade de se lutar contra o fenômeno, que permite a produção de conhecimento em grandes grupos e escalas e resulta em um produto final sem autoria definida. Esse modelo de pesquisa, segundo Beatriz, já vem sendo usado há mais tempo nos países de Primeiro Mundo, e tem chegado ao Brasil no mesmo bonde da globalização. "A nossa esperança é que eles, diante de experiências negativas, têm repensado a questão", disse.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
BALANÇETES – VALORES MENSais - 2001		
RUBRICA / MESES		
MAR		
RECEITAS	87.622,81	267.923,45
RECEITAS CORRENTES	70.860,27	212.394,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.860,27	212.394,39
RECEITA CAVENDA DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	16.000,39	50.992,01
RECEITAS FINANCEIRAS	16.000,39	50.992,01
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	782,15	4.537,05
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	9,64	3.634,74
OUTRAS RECEITAS	752,31	902,31
DESPESAS	77.406,23	265.581,95
DESPESAS CORRENTES	77.406,23	265.581,95
DESPESAS COM CUSTEIO	27.719,43	78.958,69
DESPESAS COM PESSOAL	11.820,15	34.134,90
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	7.056,39	19.549,18
DESPESAS DE EXPEDIENTE	7.053,25	17.735,79
DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	325,47	2.221,20
DESPESAS LEGAIS	0,00	338,96
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	37,00	693,53
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.358,82	3.741,78
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	11,00	808,48
ENCARGOS FINANCEIROS	8,41	33,78
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	30.804,30	119.009,30
DESPESAS COM VEICULACAO	0,00	3.427,00
DESPESAS COM VIAGENS	3.468,43	32.686,38
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	300,00	965,84
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	234.382,41	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	657,99	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	153,64	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	400,00	
CRÉDITOS DIVERSOS	233.270,78	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	10.004,58	
PROVISÓRIAS/PENCARGOS C/PESSOAL	10.004,58	
PASSIVO	2.136.510,01	
PASSIVO FINANCEIRO	244.399,88	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	234.382,41	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	657,99	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	153,64	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	400,00	
CRÉDITOS DIVERSOS	233.270,78	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	10.004,58	
PROVISÓRIAS/PENCARGOS C/PESSOAL	10.004,58	
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	10.218,58	17.341,50
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	17.341,50	17.341,50
RUBENS C. V. WEYNE	NINO H. FERREIRA DA SILVA	
PRESIDENTE	CONTADOR – CRCRS Nº.14418	

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
BALANÇETES – VALORES MENSais - 2001		
RUBRICA / MESES		
ABR		
RECEITAS	85.640,46	395.563,91
RECEITAS CORRENTES	70.800,10	283.194,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.800,10	283.194,58
RECEITA CAVENDA DE MATERIAIS	0,00	0,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	15.446,97	66.428,96
RECEITAS FINANCEIRAS	15.446,97	66.428,96
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	0,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	638,38	638,38
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	630,38	638,38
OUTRAS RECEITAS	1.794,92	4.291,87
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.404,92	5.036,86
OUTRAS RECEITAS	950,00	1.266,81
DESPESAS	78.075,86	320.657,81
DESPESAS CORRENTES	78.075,86	320.657,81
DESPESAS COM CUSTEIO	25.485,77	104.448,37
DESPESAS COM PESSOAL	11.869,47	46.004,87
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	8.267,13	26.800,31
DESPESAS DE EXPEDIENTE	4.523,23	22.230,02
DESPESAS C/IMPОСTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	374,42	2.696,82
DESPESAS LEGAIS	0,00	338,96
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.069,20	1.726,73
DESPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1.304,82	6.096,80
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	61,00	568,83
ENCARGOS FINANCEIROS	8,50	42,28
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	0,00	0,00
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	33.715,63	148.724,89
DESPESAS COM VEICULACAO	0,00	3.427,00
DESPESAS COM VIAGENS	12.069,48	44.748,88
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	0,00	965,84
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	237.670,23	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.398,25	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	18.065,90	80.553,61
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	500,00	9.961,80
TRANSFERENCIAS CORRENTES	18.874,46	75.468,51
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.362,79	61.444,19
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.511,68	14.044,82
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	12.144,28	
PROVISÓRIAS/PENCARGOS C/PESSOAL	12.144,28	
PASSIVO	2.141.837,53	
PASSIVO FINANCEIRO	248.814,61	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	237.670,23	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.398,25	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	18.065,90	80.553,61
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	500,00	9.961,80
CRÉDITOS DIVERSOS	233.993,98	
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	500,00	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	18.874,46	75.468,51
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	15.362,79	61.444,19
DESPESA COM VIAGENS	3.511,68	14.044,82
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇÕES	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	12.144,28	
DESPESA COM VIAGENS	12.144,28	
DESPESA COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.144,28	
DESPESA COM PUBLICAÇ		

TELEFONIA CELULAR

Falta de estudos reforça princípio da precaução

Porto Alegre está protegida da instalação desordenada de antenas de telefonia celular. No último dia 10, o prefeito Tarso Genro (PT) sancionou a lei 8744/2001 que estabelece, entre outras normas, uma distância mínima de 500 metros entre as chamadas Estações de Rádio Base (ERBs). A capital gaúcha é uma das três cidades brasileiras que regulamentaram a colocação de ERBs. As outras são Campinas (SP) e Maringá (PR). Segundo o vereador Juarez Pinheiro (PT), autor da proposta, a limitação da distância entre as antenas é uma questão de saúde pública, já que o excesso acarretaria em níveis de radiações eletromagnéticas não-ionizantes acima dos aceitos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A nova lei, na verdade, é uma versão aperfeiçoada de uma outra (8.463), de janeiro de 2000, que regulamentava a colocação de ERBs em Porto Alegre, mas não estabelecia limite de distância entre antenas. A rápida proliferação de empresas do setor no mercado da capital gaúcha, segundo Pinheiro, gerou a necessidade de alterar a legislação. O prefeito Tarso Genro constituiu um grupo de trabalho para aperfeiçoar a lei. Os resultados devem ser apresentados em seminário marcado para agosto.

Paralelamente, algumas comunidades vinham se movimentando contra a instalação de antenas perto de residências, com destaque para a do bairro Bonfim, que promoveu várias manifestações. O vereador acredita que a vontade popular foi decisiva para que a lei fosse sancionada. "O prefeito vinha sendo pressionado por empresários do setor, mas felizmente colocou a saúde da população como prioridade", observa.

Estudos comprovam que as ERBS e os aparelhos móveis de telefonia celular emitem radiações eletromagnéticas não-ionizantes de alta frequência que produzem efeitos biológicos térmicos e não-térmicos. Os térmicos são ocasionados pelo aumento da temperatura corporal quando as moléculas são friccionadas com a radiação recebida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), eles podem gerar patologias nos olhos, como catarata e glaucoma, alteração nos órgãos reprodutores e elevação da histamina no soro sanguíneo.

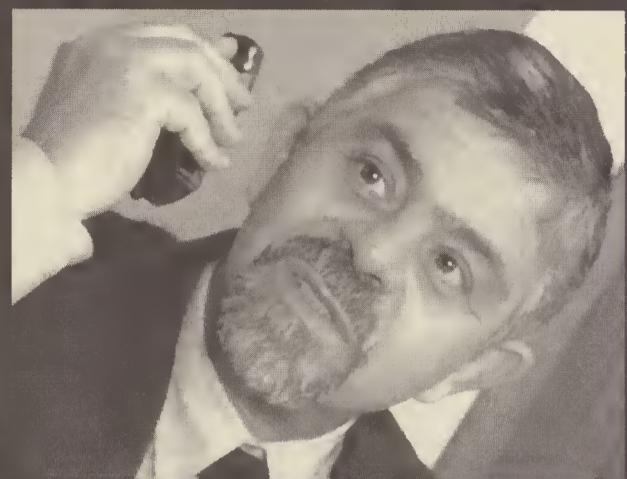
Quanto aos efeitos não-térmicos, ainda não há estudos conclusivos, mas teme-se que possam ser graves. Algumas pesquisas apontam para o aparecimento de doenças como câncer, alterações do sistema nervoso e dificuldade de memória, entre outras. A OMS encenhou um estudo final que deve ficar pronto até o final de 2002. Justamente por não se saber ainda tudo sobre os efeitos nocivos das radiações emitidas pelas ERBs, países como China, Rússia, Itália, Suíça e Bélgica resolveram adotar normas ainda mais restritivas do que as do ICNIRP – órgão internacional que regulamenta os níveis de radiações eletromagnéticas. "Estudos na Inglaterra já apontam para uma defasagem dos índices utilizados pelo ICNIRP", diz Juarez Pinheiro.

Em Porto Alegre, um grupo de trabalho do Laboratório de Telecomunicações da Faculdade de Engenharia da Ufrgs, formado por engenheiros e físicos, vem estudando a teoria das radiações eletromagnéticas emitidas pelas ERBs. Segundo o coordenador do laboratório, professor Álvaro Salles, até agora, os níveis emitidos na capital gaúcha estão dentro dos índices considerados toleráveis pelas normas do ICNIRP (dois miliwatts por grama de tecido). As antenas têm sido colocadas a uma distância de 20 a 30 metros do solo, o que é considerado ideal. Com a limitação horizontal, a chance dos níveis de radiação serem ultrapassados diminuiu ainda mais.

A proximidade provoca a soma das densidades de potência nos pontos de encontro. Salles alerta para um perigo maior: as antenas dos aparelhos, que ficam quase coladas ao corpo quando as ondas são emitidas. "A menos de dois centímetros da cabeça, os limites são extrapolados, aumentando os riscos para a saúde", diz o professor.

Pelo pioneirismo, a lei municipal que regulamenta as ERBS, segundo o vereador Juarez Pinheiro, nem bem saiu do forno e já foi solicitada por várias cidades, entre elas São Paulo, Curitiba e João Pessoa. Um projeto de lei, aprovado no dia 29 de junho em Belo Horizonte, foi elaborado com base no modelo de Porto Alegre, mas com o detalhe de ter limitado também a distância da torre para os terrenos vizinhos em um raio mínimo de cinco metros.

Doenças graves a longo prazo



Pinheiro: dois projetos de regulamentação

O controle da emissão de radiações eletromagnéticas por aparelhos celulares também já foi objeto de um projeto de lei do vereador Juarez Pinheiro (PT). Sancionada no ano passado, a lei estabelecia que as empresas fabricantes de aparelhos de telefonia celular deveriam publicar, até maio de 2001, os níveis de radiação emitidos pelos telefones comercializados em Porto Alegre. Segundo Pinheiro, a publicação foi feita dentro do prazo, mas apenas dizia que os aparelhos se encontravam dentro das normas estabelecidas pelo ICNIRP, sem especificar os níveis.

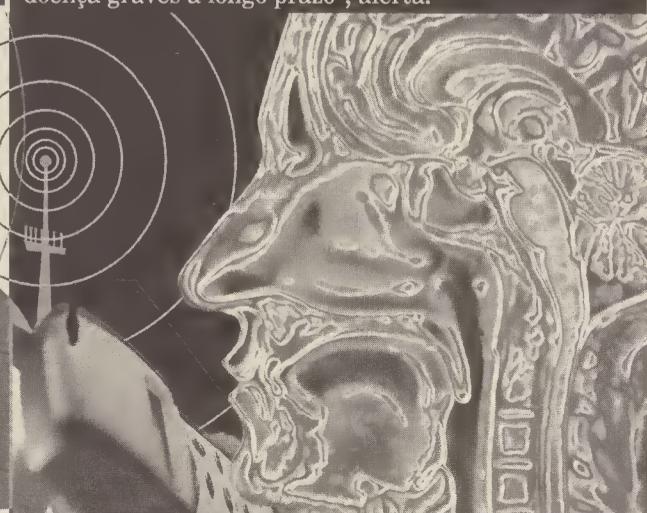
Os fabricantes deveriam ainda trocar os aparelhos que superassem os limites de radiação, sem qualquer ônus para o consumidor. De acordo com o vereador, as empresas recorreram ao Ministério Pùblico que, através de liminar, declarou a lei inconstitucional por tratar de relações de consumo, função exclusiva da União. "O procurador-geral do Estado, Cláudio Barros, colocou os interesses dos empresários acima da saúde pública, quando tomou esta decisão. O Ministério Pùblico deveria representar o povo", criticou Pinheiro. As procuradorias da Câmara de Vereadores, do Município e do Estado recorreram ao Tribunal de Justiça e aguardam julgamento da liminar.

Nos estudos com vistas à formatação do projeto de lei, o vereador detectou que a grande maioria dos aparelhos comercializados no Brasil emite ondas em 360 graus. Isso significa que as radiações fatalmente vão atingir a cabeça no momento em que o usuário estiver falando ao telefone celular. "Já existem alguns modelos em 180 graus, que seriam os ideais", observa.

Para o professor Álvaro Salles, da Faculdade de Engenharia da Ufrgs, estes novos aparelhos, com antenas que emitem ondas no sentido oposto da cabeça, seriam ideais para eliminar ou pelo menos diminuir o risco de doenças provocadas pelas radiações. Enquanto estes novos telefones não chegam ao mercado brasileiro, ele aconselha a manter sempre a antena a dois centímetros da cabeça e falar o mínimo possível. "Os efeitos nocivos à saúde ainda não são totalmente conhecidos, mas há estudos que apontam para o aparecimento de doença graves a longo prazo", alerta.

NAO A TORRE DE CELULAR NO 503! CHEGA DE COLOCAR O INTERESSE ECONÔMICO EM PRIMEIRO LUGAR. SEMANA DO MEIO AMBIENTE?

Fotos Cristina Lima



Mario Guerreiro

ECONOMIA

Crise brasileira: o que fazer?

Quatro dos principais intelectuais do País estiveram reunidos no Teatro da Ospa, em Porto Alegre, nos dias 3 e 4 de julho, para discutir "A natureza da crise brasileira e suas vias de superação". O seminário, promovido pela Secretaria Estadual da Cultura e pela Agência de Notícias Carta Maior, foi o primeiro de uma série que pretende traçar um diagnóstico sobre a situação do País e oferecer alguns elementos para a construção de uma saída para a atual crise. Os diagnósticos apresentados por José Luis Fiori, Emir Sader, César Benjamin e Octávio Ianni não primaram pelo otimismo. Para eles, o pessimismo da reflexão é uma condição indispensável para o otimismo da ação, como disse Bertold Brecht, "de nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins".

Textos: Marco Weissheimer
Fotos: Cristina Lima



Anfitriões do encontro, o governador Olívio Dutra e o vice-governador Miguel Rossetto defenderam a experiência que vem sendo implementada pelo PT no Rio Grande do Sul como um dos caminhos possíveis para a superação da crise. Olívio destacou que o entendimento da atual crise passa pela compreensão da natureza do Estado brasileiro. Sua história, segundo ele, é a da apropriação do Estado por interesses privados dos grupos que compõem as elites nacionais. Este Estado, acrescentou, foi formatado para servir a umas poucas pessoas, deixando a imensa maioria da população marginalizada. Na avaliação do governador, o projeto que vem sendo implementado no Rio Grande do Sul e em outras administrações petistas é incompatível com esse modelo de privatização do Estado por parte de uns poucos grupos de interesse. Rossetto, por sua vez, reconheceu que a situação atual é muito difícil e que exige mais do que nunca a implementação de um novo projeto para o País: "O Estado que queremos não é um Estado apropriado por alguns poucos grupos privados. Queremos um Estado apropriado pela sociedade, um Estado de direito, mas que não seja uma democracia meramente formal, afastada dos trabalhadores e do amplo conjunto da sociedade". Nos dois dias de debate, os anfitriões do seminário mais ouviram de que falaram. E o que ouviram serviu de alerta para as imensas dificuldades que estão postas para aqueles que apostam na construção de um projeto alternativo para o Brasil.

Ocientista político José Luís Fiori fez o diagnóstico mais sombrio e pessimista da crise brasileira. Na sua avaliação, o modelo econômico iniciado por Collor e implementado com radicalidade pelas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, destruiu toda a infra-estrutura que o Estado brasileiro construiu, a duras penas, desde a Era Vargas. Segundo Fiori, o atual colapso energético abre caminho para que o Brasil seja atingido, nos próximos anos, por uma nova crise generalizada, com recessão e talvez até a volta da inflação. Seja qual for o próximo governo, ele vai

1 FIORI: "Se for para mudar, a esquerda deve romper pacto conservador"



2 SADER:

"Vivemos o esgotamento de uma hegemonia"

Para o sociólogo Emir Sader, a natureza da crise brasileira não é apenas de caráter econômico. Não se trata apenas de um problema de crescimento. É muito mais do que isso, e ficar só nisso é desconhecer a natureza mais profunda do neoliberalismo. A crise não é econômica e sim de esgotamento de uma determinada hegemonia, a hegemonia neoliberal". Ao fazer esse diagnóstico, Sader propôs a ruptura do modelo atual, a começar por romper com o capital financeiro internacional. Para isso, segundo ele, é necessária a construção de uma nova hegemonia. Ele apontou um plano de emergência com dois eixos: a construção de novas condições de inserção internacional do Brasil e a reforma democrática do Estado.

Um programa dessa natureza, disse Emir, requer uma candidatura popular, ligada ao mundo do trabalho e aliada aos excluídos, e que tenha clareza sobre o que fazer. Para ele, ganhar sem ter clareza desses problemas é o mesmo que perder. E mandou um recado direto para o virtual candidato do PT à presidência da República: "Lula diz que não quer ser o De la Rúa do Brasil, mas ao mesmo tempo diz que temos que ser realistas. Isso é o mesmo que ser minimalista".

Sader questionou a capacidade da esquerda brasileira de decifrar a complexidade da questão nacional e elaborar estratégias para superar a crise. Segundo ele, o PT tornou-se um partido eminentemente empí-

rico, preocupado com as questões eleitorais imediatas, deixando de lado o debate sobre a democratização do Estado. Deu algumas indicações de leitura para quem quiser aprofundar esse debate. Para Sader, o historiador Caio Prado foi quem melhor entendeu a natureza do capitalismo brasileiro e Carlos Nelson Coutinho foi quem melhor colocou a questão da democracia. "Mas nenhum dos dois foi levado muito a sério pelas esquerdas brasileiras", lamentou.

Na opinião do sociólogo, o PT tornou-se pouco dedicado à elaboração intelectual, não pergunta o que é a realidade brasileira e nem sabe o que quer dela. "A esquerda entrou nos anos 80 sem clareza da gravidade da situação que se desenhava, acreditando que democracia com justiça social resolveria todos os problemas do país". Ao fazer isso, desperdiçou mais uma vez o debate sobre a democratização. "Até hoje, a esquerda brasileira é pré-gramsciana. Não trabalha com o conceito de hegemonia, não se propõe a disputar a consciência social. Até hoje, está colocado para o PT o desafio de definir com quais bases sociais poderia financiar as demandas sociais. O PT ficou preso entre respostas pontuais à crise e uma idéia vaga de resgate do social e da ética na política". Isso, conclui, não é suficiente para superar a crise".

herdar um modelo econômico inconsistente e marcado por uma restrição externa, que cresce em ritmo exponencial, além de uma infra-estrutura totalmente destruída.

Para Fiori, os últimos acontecimentos envolvendo a crise energética fizeram com que o País sofresse uma aceleração temporal e uma ruptura que terá enormes consequências, podendo nos levar a mais uma "década perdida". "A situação já era crítica e, com a crise energética, tudo ficou pior. O governo só estava preparado para uma crise cambial. O efeito combinado dessas crises sobre o parque produtivo nacional coloca no horizonte próximo, já para 2002, a perspectiva de uma crise geral, com recessão, apatia generalizada e talvez até a volta da inflação". Fiori acredita que o governo federal deverá responder à crise dobrando sua aposta, acelerando privatizações e o comprometimento com o modelo do FMI, "numa tentativa ensandecida de costurar uma camisa de força para o seu sucessor". Mais do que blindagem institu-

cional, Fiori acredita na construção de uma blindagem estratégica, constituída pela situação geral da economia, que deixará o próximo governo de mãos atadas. Os neoliberais mudaram de tal forma a estrutura deste País que é muito difícil reverter o que foi feito". Nenhuma saída para a esquerda brasileira, então? Ela está condenada a repetir o governo De La Rúa? Eleito com apoio da esquerda argentina, em apenas alguns meses, ele sucumbiu à crise e foi obrigado a pedir socorro ao ministro Cavallo, formulador da política à qual pretendia se opor? Fiori deixou bem claro que não há uma fórmula salvadora para essa situação. Vislumbrou apenas uma saída: ousadia.

O cientista político lembrou que só juntamente nestes períodos de grave crise que surge a possibilidade de rupturas inovadoras, de fazer algo que não foi feito antes. "Esse é o momento de tentar inovar. Saber ouvir, saber avançar e saber recuar. Nessas horas é que se pedem soluções novas. Se for para mudar, a esquerda vai ter de romper o pacto conservador. Se for para ousar, a esquerda vai ter de fazer, em primeiro lugar, os diagnósticos corretos".

Dante desse cenário sombrio, quais as perspectivas de um possível governo de esquerda no Brasil? Fiori não dourou a pílula. Quem for eleito terá de pensar em como fazer uma gestão capitalista de



3 BENJAMIN:

"Solução exige um novo imaginário"

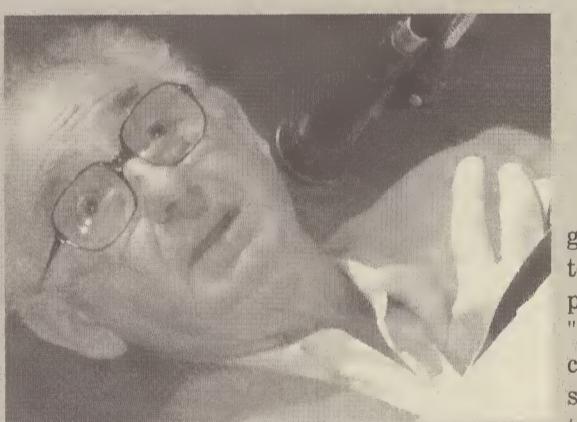
pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Benjamim apoiou essas propostas em uma análise sobre as profundas mudanças de caráter estrutural pelas quais passou o Brasil contemporâneo, onde identificou três mudanças básicas: 1) Crescimento e desemprego: o Brasil deixou de ser uma economia dinâmica para se tornar uma economia de baixo crescimento. Para ele, já são duas décadas perdidas e a próxima e muitas mais também estão assim destinadas, se esse padrão não for abandonado. Nessa mudança, o Brasil também perdeu produtividade, na medida em que sua força de trabalho foi se deslocando de setores mais produtivos para os mais atrasados da produção; 2) Metropolização: hoje 90% da população é urbana e 40% dela está concentrada em apenas nove grandes regiões metropolitanas. Essas populações dependem de renda monetária para sobreviver, mas não há para elas emprego suficiente; 3) Mobilidade social negativa: segundo a análise de Benjamim, de uma sociedade com grande mobilidade social, em que cada geração podia esperar mais bem-estar do que a anterior, viramos uma sociedade com mobilidade social negativa, em

que as novas gerações têm menos perspectivas do que as anteriores.

Benjamim criticou o que chamou de "hegemonia do pensamento econômico na esquerda", que considera causa da falta de imaginação e de ousadia na formulação de propostas. Disse que a esquerda brasileira precisa perder o medo de se identificar como agente dessa ruptura. "Ela hesita entre protagonizar a ruptura ou aceitar como irreversível a matriz deixada pelo neoliberalismo, e apenas promover mudanças nas políticas de financiamento do BNDES e algumas políticas compensatórias. Com essa hesitação, ela se deixa confundir com os próprios neoliberais, que fingem aceitar correções de rumo, para na verdade deixar tudo como está ou até dobrar a aposta neoliberal, como forma de sair da crise. Um dos elementos da complexidade da crise é o fato de o PT não se definir estratégicamente entre a ruptura e a aceitação da matriz neoliberal. Mesmo a esquerda do PT apenas radicaliza a abordagem econômica, o que não é suficiente, porque a lógica economicista remete de volta à matriz neoliberal. Daí a necessidade de todo um novo imaginário, com novos princípios e valores", afirmou.

4 IANNI:



"É preciso resgatar o internacionalismo"

grandes corporações transnacionais tornaram-se as protagonistas principais. Ele chamou essa nova etapa de "globalismo". As corporações transnacionais passaram a concentrar em suas mãos o poder de decisão, até então circunscrito à esfera dos estados nacionais. Elas planejam minuciosamente em escala global suas estratégias de ocupação de espaços, mapeando o mundo, arrombando mercados e impondo modelos. São elas também, acrescentou, que definem as estratégias adotadas pelos governos e pelos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para Octávio Ianni, esse novo modelo fez com que os projetos nacionais fossem desmontados e os estados reduzidos a aparelhos administrativos das grandes corporações transnacionais.

Segundo o sociólogo, não se deve apostar em projetos nacionais dissociados de uma perspectiva internacionalista. "Não é mais possível o retorno a projetos nacionais, tal é a força do globalismo. O caminho para as classes subalternas é se reorganizarem em âmbito mundial e lutarem por estados de bem-estar social articulados em âmbito mundial. O novo palco da história é a sociedade mundial," concluiu.

Os quatro painelistas apresentaram um ponto em comum: a gravidade da crise atual é tamanha que exigirá elementos que ultrapassam a esfera estritamente econômica. Exigirá, entre outras coisas, uma aguda capacidade de diagnosticar o tamanho e a natureza dos problemas e uma não menos intensa ousadia para procurar caminhos que ainda não foram trilhados. Caso contrário, concordaram os quatro intelectuais, a sedução de velhas fórmulas adubará o terreno para o florescimento de conhecidos fracassos.

ARGENTINA

A Argentina enfrenta uma situação explosiva: a crise mundial (agravada pela possível recessão da economia norte-americana) e o naufrágio generalizado de suas próprias regras econômicas, de suas identidades políticas e culturais e de suas instituições

Entre a dívida e o saque: uma economia de joelhos

Philippe Rekacewicz*

No dia 17 de junho, dois argentinos foram mortos na província de Salta, perto da fronteira com a Bolívia, durante confrontos com a polícia, que tentava reabrir a principal via de circulação, bloqueada pelos manifestantes. Estes protestavam contra a crítica situação social dessa parte deserta do país. Nela, segundo o jornal *La Nación*, 56% da população vivem em estado de pobreza, e 17% mal conseguem fazer uma refeição por dia.

Acompanhando o desastre econômico e o empobrecimento de amplos setores da população, os protestos populares, que se multiplicam, aumentam o isolamento de um Executivo prematuramente gasto. No poder desde 10 de dezembro de 1999, há menos de dois anos, prometendo o fim da corrupção e a reativação da economia, o presidente Fernando De la Rúa mais que decepcionou. A situação não melhorou em nada e, em numerosos setores, está pior que antes. Desde seus cem primeiros dias à frente do Estado, o presidente se fez o defensor do modelo implantado pelo predecessor, o peronista ultraliberal Carlos Menem, e assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um contexto degradado

Em matéria de luta contra a corrupção, as promessas de De la Rúa deram lugar apenas a uma ação superficial, limitada a alguns funcionários próximos a Menem. A corrupção institucional não pode, de fato, ser abrangida se abstraída de suas bases, isto é, da hegemonia de grupos econômicos muito concentrados (na maioria, estrangeiros). Seus "superlucros" alimentam-se de uma pilhagem permanente que não pode funcionar a não ser com a cumplicidade do Estado. Articulação de clãs desonestos (políticos, patronais, judiciais, policiais etc.) e de uma oligarquia governante cleptocrata, o "menemismo" não era nem tão excepcional nem tão anormal como há quem diga. Era apenas a adaptação peronista ao esquema econômico vigente.

A Argentina enfrenta uma situação explosiva: a crise mundial (agravada pela desaceleração e pela possível recessão da economia norte-americana) e o naufrágio generalizado de suas próprias regras econômicas, de suas identidades políticas e culturais e de suas instituições. Tudo isso num contexto latino-americano igualmente degradado – fruto do casamento entre um capitalismo subdesenvolvido (Estado mínimo, desmantelamento da legislação trabalhista e da previdência social) e a "democracia" parlamentar de tipo ocidental.

PIB negativo de mais de 3%

"Elitizadas", as sociedades esqueceram no caminho as massas crescentes de marginalizados e de indigentes. A desarticulação dos tecidos produtivos, começada na década de 80 (ou mesmo antes, em alguns casos), agravou-se. Ligadas a interesses financeiros e

mafiosos globais, as burguesias locais voltaram-se, em parte, para os negócios parasitários ilegais, ou semi-legais, do narcotráfico ao saque do Estado.

De 985 até a crise financeira mexicana do fim de 1994, uma recessão muito forte afetou uma boa parte da região, e o crescimento, com grandes dificuldades, só se manteve graças ao aumento das dívidas externas e dos déficits fiscais. É desse modo que a dívida externa regional passa de 450 bilhões de dólares, em 1991, para 750 bilhões de dólares em 1999, ano ao longo do qual a variação do PIB regional por habitante é negativa (-1,6%), com quedas superiores a 6%, no Equador e na Venezuela, e de mais de 3% na Argentina e na Colômbia. A situação piorou em 2000 e tudo indica que ainda se agravará em 2001.

O círculo vicioso da dívida

A crise argentina resulta de uma longa sucessão de fracassos acumulados durante mais de um século: esgotamento do modelo agro-exportador da década de 30; do sistema de industrialização subdesenvolvido e de sua expressão política popular, o peronismo (entre 1945 e 1955); de todas as tentativas conservadoras, mais ou menos autoritárias e sangrentas ou "democráticas" que, desde o golpe de Estado militar de 1955, não puderam estabilizar a sociedade; do encontro, enfim, no decorrer da década de 90, de um capitalismo nacional em declínio e parasitário com o capitalismo global submetido à especulação financeira.

O aumento da dívida externa, pública e privada, constitui um fator importante na degradação da situação. A dívida pública se manteve relativamente estável no fim da década de 80 e no início da década de 90, sendo que as importantes entradas de capitais, devido à grande quantidade de privatizações de empresas públicas, mantiveram a ilusão de uma estabilização. Porém, uma vez esgotados os fundos das privatizações, a dívida do Estado voltou a crescer. Chegava a 110 bilhões de dólares no final de 1998. Além disso, se essa dívida pública dobrou entre 1992 e 1998, a dívi-



da privada multipliou-se por dez, passando de 3,5 bilhões de dólares a 35 bilhões de dólares (segundo estimativas oficiais). No fim do ano 2000, o endividamento total do país (Estado, províncias, setor privado) atingia 200 bilhões de dólares. Como o pagamento dos juros provoca um endividamento ainda maior (a Argentina toma emprestado para pagar os juros da dívida), o círculo vicioso se

auto-alimenta, levando o país ao *crack* financeiro.

O desastre da "dolarização"

Seria possível argumentar que a ausência local de capitais e a abundância de fundos globais destinados aos mercados emergentes impeliram governantes e empresários argentinos a solicitarem empréstimos. Isso seria esquecer que o Ministério da Economia calcula em 120 bilhões de dólares o montante de depósitos de argentinos em contas bancárias no exterior e em paraísos fiscais. No passado, afirmava-se que os impasses de um Estado dirigista, impedindo-os de trabalharem livremente, provocavam a fuga desses capitais. É difícil imaginar uma economia mais liberal do que a atual. No entanto, a fuga dos capitais se acelerou!

A partir do início da década de 90, a política de abertura às importações e a supervalorização da moeda local (a relação entre o peso argentino e o dólar dos Estados Unidos é de paridade) fizeram explodir o déficit comercial. De fato, em abril de 1991, no primeiro mandato do presidente Carlos Menem, Domingo Cavallo, "superministro" da Economia, havia implantado o sistema de convertibilidade do peso em dólar (um peso igual a um dólar) e o inseriu na Constituição. Automaticamente, essa paridade fixa encareceu os produtos argentinos e teve consequências negativas sobre inúmeras indústrias locais que, desde então, têm dificuldades para exportar. Ao mesmo tempo, isso beneficiava a compra de produtos estrangeiros, que invadiram o mercado interno e fizeram concorrência a setores internos da economia argentina. Tudo isso aumentou o desemprego, mas também provocou uma oferta local de bens que freou a inflação. Somando-se à concentração financeira, comercial e industrial, a nova paridade favorecia um modelo fundamentalmente importador, dominado por um reduzido grupo de firmas multinacionais. O resultado, também aqui, foi o aumento da dívida externa e ajustes econômicos cada vez mais dolorosos que, supostamente, são necessários para reduzir o déficit comercial e desacelerar... o endividamento.

Rumo a uma economia "colonial"

Segundo os economistas neoliberais, a má gestão das empresas públicas era responsável pelo déficit fiscal. E agora? A privatização das "jóias" do Estado não impediu que os déficits continuassem aumentando... E ainda foi preciso obter novos empréstimos! Uma causa importante do déficit é a evasão fiscal das empresas estrangeiras, que se soma à pouca pressão fiscal sobre as altas rendas, bem como às enormes transferências de recursos públicos para os grandes grupos econômicos, particularmente para os setores financeiros. A privatização da previdência social e a redução das cotizações pagas pelo patronato constitui um bom exemplo dessa política. Elas privaram o Estado de mais de oito bilhões de dólares por ano, cifra próxima do déficit das contas públicas.

Esse Estado, que a ortodoxia neoliberal prometia sanear, depurando-o de suas taras burocráticas, reduziu suas dimensões e seu peso econômico, mas continuou submetido às manipulações dos grandes grupos financeiros. As privatizações – que, de fato, constituem desnacionalizações – desenharam uma nova economia que poderia ser classificada como "colonial".

As ilusões triunfalistas da década de 90

A dupla pilhagem, externa (pagamento da dívida) e "interna" (super-lucros dos grandes grupos econômicos) esgotou em poucos anos uma economia já muito deteriorada. Entre 1997 e julho de 2000, a taxa de desemprego passou de 13,8% para 15,4%. Em 2000, o número de pobres em Buenos Aires e nos subúrbios ultrapassava 3,5 milhões de pessoas, com muitos portenhos – habitantes da capital – fazendo malabarismos entre dois e até três empregos para sobreviverem. Acrescentando-se a isso as províncias, sobretudo as mais distantes (Corrientes, Chaco etc.) e onde se concentra a pauperização, o país, neste final de século, contava com 14 milhões de pobres, mais de três milhões de indigentes e

mais de dois milhões de desempregados.

Realidade estrutural, produto de um capitalismo convertido em sistema de pilhagem, a recessão nada tem de um fenômeno conjuntural, atribuível a causas passageiras. As ilusões triunfalistas apregoadas pelos neoliberais nos longínquos anos 90 não resistiram à realidade dos fatos. Os ministros da Economia navegam, atualmente, em águas turbulentas, tentando desesperadamente sobreviver, cada vez mais a curto prazo, enquanto se ampliam os protestos populares que ameaçam transformar-se em rebelião generalizada.

A "megatroca" de Cavallo

Em dezembro de 2000, em estado de virtual impossibilidade de pagamento, o governo só se salvou graças a um socorro financeiro no valor de 39,7 bilhões de dólares, administrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A propaganda oficial tentou apresentar esse balão de oxigênio como uma "proteção" que permitiria à Argentina retomar seu crescimento. A ilusão durou apenas alguns meses. Demissionário no dia 2 de março de 2001, José Luis Machinea, ministro da Economia, foi substituído por uma equipe ultraliberal que tenta um ajuste de salvação baseado em cortes brutais nas despesas públicas (particularmente na educação). A experiência só conseguiu desencadear uma gigantesca resposta popular (greves, bloqueio de estradas, ocupação de universidades).

Politicamente isolado e com seu mais baixo índice de popularidade, o presidente De la Rúa chamou Domingo Cavallo, pai da política econômica durante a maior parte do regime de Menem, para o Ministério da Economia, fazendo dele seu virtual primeiroministro. Após haver aumentado a pressão fiscal (o que acelera a recessão), Cavallo procurou, na sequência, obter o refinanciamento de uma parte considerável da dívida externa. O que finalmente conseguiu no dia 4 de junho graças à transformação de 29,477 bilhões de dólares de dívida de curto e médio prazos em dívida de longo prazo. Contudo, a justiça investiga a operação, afetada por evidências de corrupção no pagamento de "comissões" exorbitantes aos grupos financeiros implicados nessa "megatroca".

O mito da estabilidade eterna

Afetado pela situação preocupante do Brasil (seu principal parceiro comercial, às voltas com uma grave crise energética) e pela sombra de um arrefecimento comercial, Buenos Aires teve que se decidir, no dia 15 de junho, por uma "desvalorização virtual" de sua moeda. Apesar de uma década de paridade fixa com o dólar – que, provocando uma sobrevalorização insustentável do peso, bloqueou as exportações – o "peso comercial", criado recentemente, já viu seu valor cair 8% em relação ao "peso normal" – que continua sendo trocado à taxa fixa de um dólar.

Isso introduz um fator adicional de instabilidade a uma situação já muito preocupante. Além do que um dos mitos do neoliberalismo argentino da década de 90 está definitivamente numa situação difícil: a eterna estabilidade do tipo de câmbio, orgulho do ex-presidente Menem, e que De la Rúa jurara manter e até declarara, como seu antecessor, que preferia dolarizar completamente a economia a desvalorizar o peso. Essa ilusão monetária fez muitos argentinos acreditarem que seu dinheiro se havia transformado miraculosamente em dólares. Em contrapartida, ninguém os alertou de que a sobrevalorização do peso permitia às empresas estrangeiras descapitalizarem o país que, por sua vez, endividava-se um pouco mais a cada dia. Menos ainda o FMI, que sempre citou a Argentina como um modelo de ortodoxia econômica. E que novamente, no dia 22 de junho, através de seu diretor de Relações Exteriores, Thomas Dawson, manifestou seu apoio ao plano de Cavallo...

Tradução Iraci D. Poletti

* Professor universitário, Buenos Aires.

EDUCAÇÃO

Andifes pressiona e MEC autoriza contratação

A ameaça dos reitores das universidades públicas federais de não iniciar o próximo semestre letivo caso não fossem liberados mais recursos, estrutura e pessoal surtiu efeito. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Carlos Roberto Antunes dos Santos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a contratação de professores substitutos antes do início do segundo semestre. Os reitores assinaram um manifesto na abertura da 53ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Salvador, no último dia 13, pedindo providências do Governo Federal.

Atualmente, segundo dados da Andifes, há um déficit de 7.141 docentes em todo o País, coberto temporariamente por professores substitutos. Com a decisão anterior do MEC de proibir a renovação dos contratos, a defasagem foi se tornando real. Recentemente, o Governo Federal autorizou a realização de concurso para preenchimento de duas mil vagas nas instituições federais de ensino superior, o que representa menos de um terço do necessário.

Quanto aos recursos, o presidente da Andifes disse que ainda não há respostas positivas do MEC, mas que o governo está avisado da situação das universidades, que correm o risco de paralisar suas atividades por falta de verbas e infra-estrutura.

Apesar das queixas, a secretaria de Educação Superior do MEC (Sesu), Maria Helena Guimarães de Castro, garante que para este ano o orçamento tem R\$ 3 bilhões a mais do que o do ano passado – R\$ 15,6 bilhões –. A secretaria ressalta a melhoria do corpo docente, a expansão das matrículas, um maior atendimento à demanda por cursos noturnos e o reconhecimento da boa qualidade dos cursos de pós-graduação como resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo MEC nos últimos anos.

Maria Helena anuncia como uma das metas de sua gestão é a discussão, em conjunto com a Andifes, da autonomia universitária. A revisão dos procedimentos e critérios de supervisão do sistema federal de ensino e a reestruturação interna da Sesu também fazem parte da agenda de trabalho da secretaria.

Faculdades terão que fazer novo credenciamento

Uma portaria publicada pelo MEC determina que as instituições de ensino superior com prazo de credenciamento vencido devem apresentar em 90 dias um pedido de recredenciamento, sob o risco de serem punidas por funcionar irregularmente. As outras instituições devem apresentar seus processos 180 dias antes do vencimento do seu prazo legal de credenciamento. As universidades e centros universitários com bons conceitos nas avaliações do MEC terão recredenciamento automático pelo prazo de cinco anos. A SESU (Secretaria de Ensino Superior do MEC) vai conceder a vantagem às instituições com A ou B em mais da metade de seus cursos nas últimas três edições do Provão, e que tiveram conceitos CMB e CB em mais da metade dos cursos vistoriados pela Avaliação nas Condições de Oferta.

GÊNOVA

A voz dos descontentes ecoa pelo mundo

Rodrigo Schwarz

Aqueles que protestam contra o livre comércio não são amigos dos pobres", foram as palavras do presidente norte-americano George Bush, três dias antes do encontro do G8, em Gênova. Antes de embarcar para a cidade italiana, Bush já dava o tom para a reunião, onde, mais uma vez, os líderes mundiais elegeram a globalização como a única solução para as mazelas mundiais.

Como prévia para o encontro, Bush também sugeriu uma política de doações para as nações pobres, ao invés de empréstimos. Anualmente, os Estados Unidos destinam US\$ 803 milhões para o Banco Mundial. Esta soma, mais as contribuições de outras nações, permite que a entidade faça empréstimos que totalizam US\$ 15 bilhões por ano. Para manter o nível atual de empréstimos, seria necessário que os Estados Unidos dobrasse este montante. Isto sem falar nas supostas doações de Bush para os países em desenvolvimento. O rascunho do G8 foi elaborado com promessas mirabolantes. Mas se a intenção era esfriar os ânimos dos manifestantes, Bush apenas jogou conversa fora.

Entre 150 mil (segundo a TV italiana) e 200 mil (segundo os organizadores) antiglobalizadores tentaram participar do evento. Isolados da grande área do centro histórico da cidade, os manifestantes tinham a passagem impedida pelo que ganhou a alcunha de Muro da Vergonha – milhares de carabineiros portando escudos e armamento pesado. O governo italiano pôs 18 mil policiais nas ruas. Até mesmo um sistema de defesa antimísseis havia sido instalado. Durante a semana que antecedeu o encontro, centenas de pessoas tiveram o acesso negado, sob a alegação de estarem armadas ou portando drogas.

Na sexta-feira, quando teve início a reunião, ocorreram os primeiros confrontos entre os manifestantes e os integrantes do Muro da Vergonha. Estima-se que somente uma pequena fração dos 150 ou 200 mil participantes do protesto tenham conseguido se aproximar da Zona Vermelha. Mas foi o suficiente para um embate sangrento. O primeiro dia do G8 foi marcado pela morte de Carlo Giuliani, 23 anos. No final da tarde do dia 20, com as ruas ainda impregnadas pelo cheiro das bombas de gás, pelo menos 46 manifestantes estavam sendo atendidos em hospitais locais, junto com 31 policiais e dois jornalistas. Três dos manifestantes estavam em estado grave. Até o final do evento, o número de feridos saltaria para 560.

Ao contrário da campanha difamatória posta em prática pela polícia italiana, Carlo Giuliani não era um desocupado com uma vasta ficha policial. "Se a sexta-feira tivesse sido um dia de sol, Carlo Giuliani e eu não teríamos trocado um dia de praia e mar pelas manifestações de Gênova" contou numa entrevista para a televisão italiana um amigo íntimo do manifestante. O pai de Carlo, o sindicalista Giuliano Giuliani, também ajuda a desmistificar a imagem construída de seu filho pela polícia e pela mídia italiana: "Disseram um mar de falsidades sobre Carlo. Não é verdade que meu filho era um punk. Era um ótimo rapaz que não suportava injustiças. Nada no mundo pode justificar a morte de um rapaz".

Na foto amplamente divulgada do assassinato, é possível ver Carlo impunhando um extintor de incêndio. Dentro de um jipe da polícia militar italiana, um carabineiro aponta uma pistola. Segundo um fotógrafo presente no instante da morte, Giuliani recebeu dois ti-



ros, e foram disparos que partiram da arma de um outro policial, que se encontrava fora do jipe e a cerca de cinco metros de distância do rapaz alvejado. A identidade do assassino de Carlo não foi revelada, apenas foi divulgado que o carabineiro tinha 20 anos. Pressionado por jornalistas, o advogado do policial apenas disse: "Como querem que se sinta um homem nascido em 1980 que tenha matado um outro nascido em 1978".

Apesar da violência que envolvia Gênova, os líderes das sete economias mais ricas do mundo e da Russia matinham-se convictos da importância do evento. Em nota divulgada no segundo dia do G8, os dirigentes afirmaram que é "vitalmente importante que os líderes eleitos democraticamente, representantes legítimos de milhões de pessoas, possam reunir-se para debater temas de preocupação comum".

A nota oficial podia até estar imbuída de confiança, mas as declarações dos participantes do G8 apontam para reuniões ainda mais fechadas no futuro. O primeiro-ministro canadense, Jean Chretien, anunciou que a reunião do próximo ano, de 26 a 28 de junho, no Canadá, será realizada em uma estação de difícil acesso, nas montanhas rochosas. Chretien opinou que os líderes devem também reduzir suas equipes, limitando cada delegação para 350 pessoas, em detrimento dos 2 mil assessores que os dirigentes trouxeram para Gênova. "Eu não terei problemas para convencer todos eles de que isto é necessário", disse o primeiro-ministro. O jantar do sábado foi tomado pelas discussões sobre a segurança dos próximos encontros. Autoridades italianas calculam que além dos US\$ 120 milhões despendidos para transformar a cidade de Cristovão Colombo em uma fortaleza, serão necessários mais US\$ 45 milhões para restaurá-la.

Como já havia sido antecipado pelos participantes, a principal pauta do G8 foi a impulsão do comércio mundial. Bush insistiu que a única saída para as nações pobres é o livre comércio, assinalando que todos os países que seguiram a cartilha norte-americana apresentaram crescimento considerável, enquanto os refatários ao neoliberalismo apenas caminharam para o abismo econômico. Bush reafirmou que os opositores à

globalização "negam aos países pobres e em desenvolvimento sua melhor esperança para sair da pobreza".

Tido pela opinião pública americana como um homem que pouco conhece a história mundial (e até mesmo a da sua nação), Bush é um político de ações. Como a do dia 22 de junho deste ano, quando pediu ao representante comercial dos EUA, Bob Zoellick, que invocasse o artigo 201 da lei de comércio exterior de 1974 e solicitou à International Trade Commission, uma agência federal independente, que investigasse se as siderúrgicas estadunidenses teriam sido seriamente prejudicadas pelas importações de aço. O setor passa por dificuldades e o governo Bush afirma que a culpa é, fundamentalmente, das importações.

Como em muitas outros setores, Bush já iniciou mecanismos de proteção contra a concorrência internacional. Também é notório o protecionismo de Bush em relação à indústria do petróleo (responsável por sua fortuna), o suficiente para boicotar o Protocolo de Kyoto. Mas nem só de falácias texanas foi preenchido o G8. O fundo para combate à Aids, à malária e à tuberculose recebeu apenas US\$ 1,3 bilhões. Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o fundo deveria captar pelo menos US\$ 7 bilhões por ano. "Ainda falta muito, muito mais", disse Annan. O perdão anunciado em Gênova, US\$ 53 bilhões de US\$ 74 bilhões da dívida total dos 40 países mais pobres do planeta, é fruto de um acordo fechado dois anos antes, e não teve modificações na reunião. Bilateralmente, Bush negociou com Putin o seu grande fetiche: o escudo antimísseis.

Nos últimos 18 meses, a elite do capitalismo mundial tem enfrentado a insatisfação de centenas de milhares de pessoas que se opõe à globalização. A Organização Mundial do Comércio as encontrou em Seattle, o Fundo Monetário Internacional em Praga e Washington, a União Européia em Gotemburgo e Nice, o Fórum Econômico Mundial em Davos, a Cúpula das Américas em Quebec e o G8 em Gênova. O próximo encontro será em Catar, onde são proibidas manifestações públicas, e nas montanhas rochosas do Canadá, onde a altitude e o ar rarefeito constituirão o Muro da Vergonha para a voz dos descontentes.



Agemir Bavaresco - professor

O personagem simoniano: a construção de uma identidade plural

Simões Lopes constrói a identidade dos personagens partindo do paradigma da hibridação. Os personagens não têm uma identidade exclusiva, mas uma identidade híbrida, ou seja, a dependência cultural não cria em Simões Lopes um discurso ressentido, pois ele sabe a marca inevitável do contato com outras culturas desde o tempo das colônias. A cópia é parte integrante da formação cultural. O gaúcho não se tornou "gaúcho por subtração", mas do outro construiu a própria identidade. "Entretanto, o dado fundamental para a interpretação da obra simoniana não é a sua inclusão no regionalismo, mas o fato de que, incorporando-o, tenha conseguido dialeticamente ultrapassá-lo para expressar uma visão do mundo".

A construção da identidade cultural na literatura regional latino-americana pode ser compreendida em três momentos: a) a mestiçagem: a homogeneidade; b) a crioulização: o diferente; c) a teoria da hibridação ou a identidade composta: do ser ao sendo.

a) A mestiçagem é o ponto de vista da modernidade que se baseia na ideologia da homogeneização centralizadora, que tem como pressuposto a teoria do branqueamento. A idéia da mestiçagem aceitava a mistura de todas as etnias, desde que predominasse a cultura e a etnia branca, isto é, a identidade exclusivista: a sociedade deveria tornar-se branca. Isto implica realizar a passagem do mestiço ao branco, ou seja, a mistura de etnias leva à homogeneidade, que purifica o que é misturado e afirma, finalmente, só a identidade do ser branco.

b) A crioulização é a afirmação de uma identidade diferente, que desestabiliza a visão homogênea e estática da identidade mestiça. A identidade crioula põe em movimento construções identitárias abertas ao diferente. Ela supera a identidade mestiça, que é homogênea e exclusivamente branca. A teoria do crioulismo, na literatura, é a tendência nativista que afirma uma identidade diferente.

c) A teoria da hibridação ou a teoria da identidade composta: No entender de García Canclini, a hibridação é uma das noções-chave, para compreender a história latino-americana. A tese da hibridação afirma que "a modernidade europeia não eliminou as tradições autóctones; ela deu lugar a formas sincréticas, onde as matrizes indígenas, espanholas e portuguesas foram reelaboradas para constituir uma mistura".

A construção de uma identidade composta é a síntese entre a homogeneização da mestiçagem e o dife-

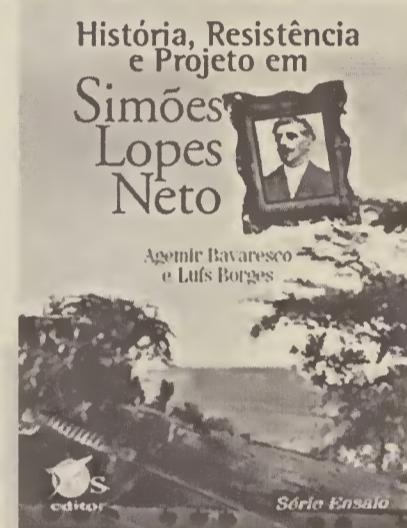
rente crioulo. A ontologia subjacente é a superação da homogeneização – a identidade do ser único – e do diferente para a afirmação de uma identidade, sendo que inclui as escrituras híbridas abertas ao pluralismo de origens culturais múltiplas.

Alguns personagens simonianos podem ser inseridos dentro da identidade composta, por exemplo, o Negrinho ou Teiniaguá, da Salamanca do Jarau, etc. Eles expressam a mobilidade e a capacidade de transformação de nossa cultura. Vejamos alguns personagens da lenda do Negrinho do Pastoreio.

a) O Negrinho é um personagem compósito que representa o movimento permanente da realidade: Ele sai para recolher o gado, desaparece por três dias e depois volta, desce ao formigueiro, depois sobe: anda errante pelos campos, sempre aberto à relação com o diverso, quer seja com o estancieiro ou com todos aqueles que acendem

cruel. Não é um personagem com uma identidade composta. Ele é a identidade rígida, dura e definida: o ser imóvel. O estancieiro compõe-se de uma identidade de raiz axial que se opõe à identidade rizoma do Negrinho. A identidade do estancieiro é vertical e homogênea, pois ele vive só e não se conecta com ninguém: "Não dava pousada a ninguém, não emprestava um cavalo a um andante". Ele é o oposto do Negrinho, que tem uma identidade rizoma, isto é, estabelece uma rede de conexões heterogêneas. O Negrinho, enquanto identidade rizoma, se ramifica em qualquer direção, pois ele se conecta num feixe de inúmeras pessoas: Nossa Senhora, os vizinhos e todos os que procuram coisas perdidas. O Negrinho é uma identidade que vai ao encontro de outras raízes, intercambiando relações, a partir do princípio da alteridade, da cultura e da estética composta. O estancieiro e seu filho regem-se pela identidade de raiz que é única e excluente, porque não considera os outros formadores da sua própria identidade.

c) Nossa Senhora é apresentada como a madrinha "de quem não a tem". Ela é a única mulher que aparece na lenda. Coloca a questão da identidade feminina, criada através da figura composta, começando pelo ele-



Trecho inédito do livro "História, resistência e projeto em João Simões Lopes Neto", de Agemir Bavaresco e Luís Borges (professores em Pelotas/RS). Lançamento em agosto dentro da Série Ensaios, WS Editor. Preço estimado: R\$ 15,00. Pedidos: gerencia@wseditor.com.br ou www.wseditor.com.br

uma vela para encontrar algo perdido.

O Negrinho é uma figura híbrida em constante metamorfose, pois ele é, ao mesmo tempo, um homem, um ser divino e um santo. Enquanto homem, ele está em contato com o patrônio e com a Madrinha Virgem Maria. Depois de morto, retorna ciclicamente como um ser divino: "Todos os anos, durante três dias, o Negrinho desaparece", porém, depois aparece e monta no baio e "vai fazer a sua recolhida". Enfim, como um santo, é invocado, para encontrar os objetos perdidos: "O Negrinho anda sempre à procura dos objetos perdidos", para isso basta acender uma vela em seu nome.

O Negrinho é um personagem associado à questão da negritude. A lenda do Negrinho coloca o problema da escravidão e a superação da mesma em nível simbólico pela afirmação identitária religiosa: Ele é sem nome e busca sua identidade no plano religioso, tornando-se afilhado da Virgem, Nossa Senhora.

b) Em oposição ao Negrinho, está o estancieiro. Ele é um personagem que encarna o tipo avarento, egoísta e

mento religioso: mãe de Deus; popular: madrinha; e cultural: protetora. Nela se encontra a síntese e a reconciliação das contradições da lenda.

d) Enfim, o juiz é o personagem que se insere na tradição cultural dos pais fundadores da cultura gaúcha: os índios. "O juiz era um velho do tempo da guerra de Sepé-Tiarajú, era um juiz macanudo, que já tinha visto muito mundo".

O personagem simoniano é o tipo ou o modelo que representa os traços e as contradições sociais, morais e psicológicas de uma época. Por exemplo, os dois tipos: o Negrinho e o estancieiro apresentam os grandes problemas da época, fundindo o concreto e a norma, o elemento humano e o metafísico, o histórico e o essencial, o momento individual e o universal social. Nesse sentido, a representação típica simoniana mostra as tendências regionais da evolução social do gaúcho, porém ele realiza, ao mesmo tempo, a ultrapassagem do regionalismo, pois insere a sua obra no tipo universal, como veremos abaixo.

ORELHA



**O Império de Belo Monte
Vida e morte de Canudos**
Walnice Nogueira Galvão

A liderança de Antônio Conselheiro e as circunstâncias sociais, econômicas e políticas que deram origem à Guerra de Canudos são analisadas nesta obra. Editora Fundação Perseu Abramo. 128 p. Preço: R\$ 16,00.



Da noite para o dia
Orlando Fonseca

Novela do santo-mariense Orlando Fonseca. Trata da adolescência, suas buscas, encontros e desencontros. Neto tinha medo do escuro e de repente cai na noite para perder o medo e virar um adulto. WS Editor, 94p, R\$ 13,00.



Anônimo Viajante
Fernando Borges

São 13 quadros que compõem a jornada de um homem idoso, enquanto aguarda a morte. O velho coronel está morrendo e vê que, à beira da morte, somos apenas memória. WS Editor, R\$ 13,00, 79p.

WWW

Américas

X www.americas.org
Página com reportagens sobre a América Latina e Central. Apresenta-se dividido por eixos temáticos que vão da Guerra antidrogas na Colômbia às maquiladoras no México. Em inglês.

Democracia

X www.democracia.com.br
Para sanar a tão falada "falta de memória política" do brasileiro, possibilita acompanhar toda a vida pregressa dos parlamentares e fazer votações virtuais.

Professores argentinos trabalham em troca de pequenos benefícios

Anibal Velázquez é engenheiro químico e professor titular da Faculdade de Ciências Exatas da Universidad de Misiónes, na Argentina.

Na área sindical, ocupa os cargos de secretário-adjunto da Federação Nacional de Docentes da Argentina e secretário-geral da Associação de Docentes da Universidad de Misiónes. Nesta entrevista, ele revela a realidade das universidades argentinas, a superlotação e os baixíssimos salários dos professores. Fala também sobre como o governo tem usado estes argumentos para desprestigar as universidades públicas com o objetivo de privatizá-las, ao invés de investir mais. Apesar dos problemas, Velázquez garante que a qualidade do ensino superior nas universidades estatais argentinas ainda é melhor. O professor esteve em Porto Alegre dia 6 de julho, participando do Seminário Universidade Pública na América Latina, promovido pela Adufrrgs.

Maricélia Pinheiro

AD

Verso - Qual o perfil atual das universidades argentinas - relação aluno/professor?

Anibal Velázquez - Na Universidad de Misiónes há 350 mil estudantes para 1,1 mil professores. Em todo o país, há cerca de 20 mil docentes nas 36 universidades públicas e cerca de um milhão de alunos. As particulares chegam a 48, a grande maioria subsidiada pelo governo. Cada uma prima pela excelência em uma determinada área. No caso da Universidad de Misiónes, o forte é a Engenharia Genética.

Adverso - Qual a média salarial dos professores universitários na Argentina?

Velázquez - Cerca de 75% ganham entre 80 e 170 dólares por mês e aproximadamente 20% trabalham como voluntários, gratuitamente. O restante ganha salários baixíssimos, mas contam com pequenos benefícios como plano de saúde.

"Há professores que têm turmas de 1,5 mil alunos, que são divididos em horários diferentes"

Adverso - Sem ganhar nada, como vive essa parcela dos professores?

Velázquez - Ser professor universitário traz prestígio e abre possibilidades de bons empregos na área. Todos têm outras atividades remuneradas, na maioria das vezes obtidas por intermédio do cargo de professor.

Adverso - O fato dos professores terem que buscar outras atividades prejudica a qualidade do ensino nas universidades?

Velázquez - Isso acaba baixando um pouco o nível da excelência acadêmica, principalmente se somado ao grande número de alunos para cada professor. Mas o programa de criação de conhecimento e investigação (pesquisa) é, fundamentalmente, o mais afetado com esta realidade. Ainda assim as universidades públicas estão à frente das privadas em ensino e pesquisa. Apesar de 30% das universidades particulares estarem no mesmo nível das estatais. Muitos professores auxiliares da rede pública, que não podem ascender lá dentro por falta de cargos, vão ser titulares nas universidades privadas. Isso marca a diferença de nível da prestação acadêmica.

Adverso - É verdade que nas universidades argentinas um professor chega a dar aulas para até 400 alunos?

Velázquez - Há professores que têm turmas de 1,5 mil alunos, que são divididos em horários diferentes. Algumas vezes, eles chegam a dar aulas para todos de uma vez. Nesses casos, é comum os estudantes ficarem do lado de fora "pendurados nas janelas" para conseguirem assistir às aulas. Em cursos como Medi-

cina, Ciências Econômicas e Direito isso é muito comum.

Adverso - Qual o orçamento anual que o governo federal destina às universidades públicas?

Velázquez - São 1,8 milhões de dólares, sendo que 90% são usados para pagar salários e o restante para manutenção das universidades. O orçamento não é suficiente para novos investimentos e levando-se em conta que são cerca de um milhão de alunos no sistema estatal de ensino superior, os valores são muito baixos.

Adverso - Na Argentina não há vestibular para ingressar na universidade. Com isso, todos têm acesso ao Ensino Superior? Há algum outro tipo de seleção?

Velázquez - Todos que terminam o segundo grau podem entrar, se quiserem. Mas por não conseguirem acompanhar, devido às diferenças no nível de ensino ou por questões econômicas, apenas 15% permanecem até o final. Algumas universidades oferecem cursos iniciais para nivelar as turmas. Somente as faculdades de Medicina, devido ao número muito grande de interessados, estão fazendo agora um exame de seleção.

Adverso - O que o senhor acha do sistema argentino de ingresso na universidade?

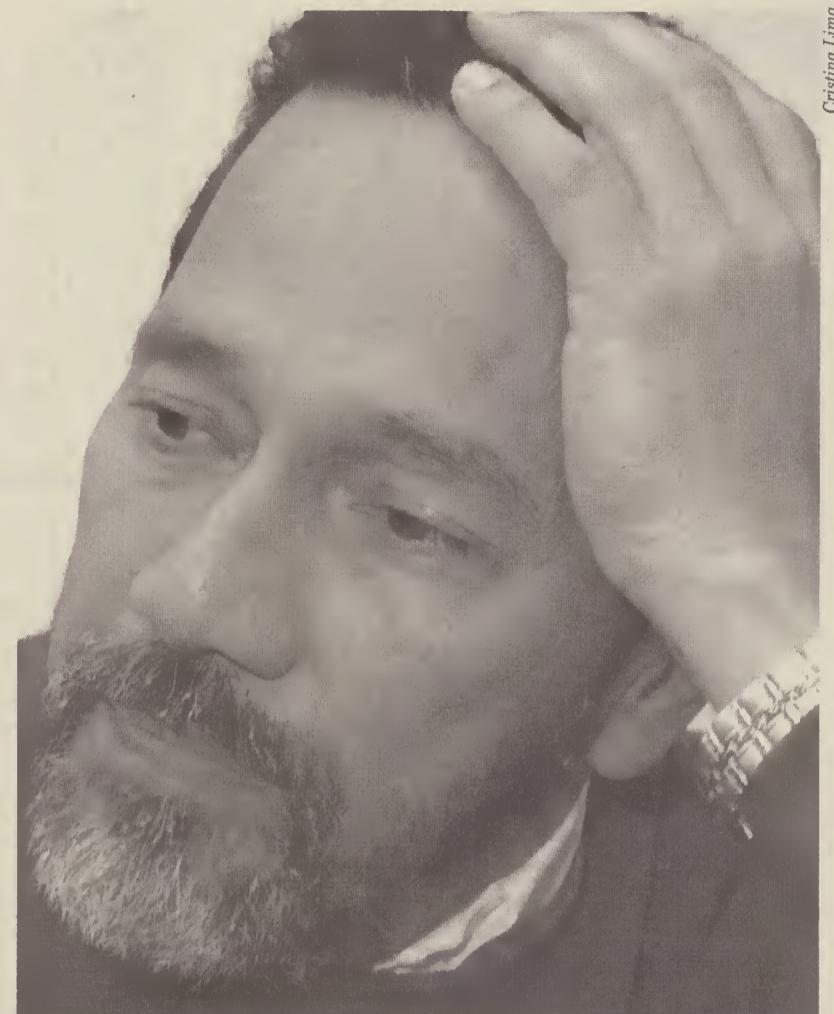
Velázquez - Para nós professores o sistema argentino é bom, porque há uma seleção por talento e capacidade, além de dar oportunidade a alunos de classe baixa. Cerca de 10% dos filhos de trabalhadores na

"Cerca de 75% ganham entre 80 e 170 dólares por mês e aproximadamente 20% trabalham como voluntários"

Argentina concluem um curso superior. Se houvesse vestibular aos moldes do Brasil, eles não conseguiram nem ingressar.

Adverso - Como são vistos os profissionais formados nas universidades argentinas no Primeiro Mundo?

Velázquez - Temos muitos profissionais atuando na Europa e Estados Unidos, com grande prestígio. Os argentinos têm sido bem sucedidos na produção de conhecimento. Recentemente um argentino ganhou, juntamente com outros, o prêmio Nobel de Medicina. Ele concorreu por uma universidade da Inglaterra, mas teve sua formação básica na Argentina.



Velázquez: "o ensino superior gratuito deixa de gerar um lucro de aproximadamente 500 milhões de dólares por ano para o sistema"

Adverso - Com tanta demanda, há projetos de criação de mais universidades?

Velázquez - Por enquanto não se sabe. Na década de 90 o número de universidades estatais subiu de 24 para 36. Penso que criar mais significa diminuir o orçamento das universidades já existentes, o que não resolveria a questão.

Adverso - Os argentinos também correm o risco de ter suas universidades públicas privatizadas?

Velázquez - A política de educação, implementada e sustentada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e finanças internacionais, aponta para a privatização, como forma de ter universidades capazes de manejar a tecnologia que importam. Há uma forte campanha de desprestígio das universidades públicas, porque o ensino superior gratuito deixa de gerar um lucro de aproximadamente 500 milhões de dólares por ano para o sistema. Um dos argumentos usados para justificar a privatização é o grande número de alunos por professor e os baixos salários. Essa campanha vem acontecendo nos últimos 30 anos com as estatais e a privatização de algumas delas não resolveu os problemas. A Aerolíneas Argentinas, por exemplo, está falida e os serviços de telefonia tiveram queda na qualidade. O resultado está aí para todo mundo ver.

Adverso - Como os professores e alunos vêem a proposta de privatização? São fortes os movimentos contrários à idéia?

Velázquez - Uma pesquisa recente, feita entre os estudantes, mostrou que 80% são contra a privatização. Estima-se que, entre os docentes, o índice de rejeição seja semelhante. A população em geral tem se oposto porque conhece os resultados negativos das privatizações das estatais argentinas.